

Da Sucursal de Brasília

A Emenda Calmon deve garantir mais verbas para o setor educacional, de acordo com doze dos 21 integrantes da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes do Congresso constituinte, entrevistados pela Folha. A Emenda Calmon estabelece a aplicação na educação de 13% (pela União) e 25% (pelos Estados e municípios) da arrecadação tributá-

ria. O autor da emenda, senador João Calmon (PMDB-ES), relator da subcomissão, defende o aumento da parte que cabe à União de 13% para 18%.

A Folha ouviu 21 dos 23 parlamentares da subcomissão sobre a Emenda Calmon, a obrigatoriedade do ensino (fixada na faixa entre 7 e 14 anos), ensino público e pré-escolar. Os deputados Bezerra de Melo (PMDB-CE) e Cláudio Ávila (PFL-

SC) não foram localizados em Brasília. A defesa do ensino público é unânime. João Calmon, que considera o ensino privado "realidade incontestável", propõe subvenções do governo para que universidades particulares proporcionem ensino gratuito. Os deputados Chico Humberto (PDT-MG) e Florestan Fernandes (PT-SP) discordam: recursos públicos devem ser canalizados apenas para escolas públicas.

O QUE PENSAM OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO DE EDUCAÇÃO

	Emenda Calmon	Obrigatoriedade do ensino	Ensino público e gratuito	Pré-Escola
Antonio de Jesus, 45, PMDB-GO	Favorável, mas não com índices orçamentários pré-determinados.	Para menores dos 6 aos 16 anos	Defende uma educação pública, gratuita, laica e qualitativa, oportunizada a todos, com liberdade para os segmentos da educação na área privada.	A favor de que a pré-escola não seja privilégio da área privada, mas que o Estado crie estrutura própria.
Hermes Zaneti, 43, PMDB-RS, presidente da subcomissão	Aplicação de 15% pela União e os mesmos 25% pelos Estados e municípios.	Defende o ensino obrigatório para a faixa dos 7 aos 14 anos ou até que se complete o ensino fundamental.	A favor do ensino público, gratuito e para todos, em todos os níveis.	Pré-escola de zero a 6 anos, "obrigatória ao Estado oferecer e facultativa à família de assistir".
João Calmon, 70, PMDB-ES	Inicialmente ele defende o aumento de 13% para 18% o percentual a ser aplicado pela União, na educação, e mantém a obrigatoriedade dos municípios em 25%. No entanto, entende que a fixação definitiva dos percentuais dependerá do novo sistema tributária que será aprovado pelo	Congresso constituinte. Dos 6 aos 14 anos Favorável à manutenção da rede de ensino particular.	Defende propostas de que universidades particulares de alto nível devem ser transformadas em universidades públicas, mas não estatais.	"Se houver recursos, o pré-escolar pode ser incluído na faixa de ensino obrigatório".
Louremberg Nunes Rocha, 44, PMDB-MT	Defende 18% para a União e 25% para Estados e municípios	Para a faixa dos 7 aos 14 anos.	No nível superior, "quem pode deve pagar". Aos carentes, defende o ensino gratuito em todos os níveis.	Considera que o governo não tem recursos para garantir o pré-escolar "antes é necessário garantir o 1º grau".
Marcia Kubitschek, 44, PMDB-DF	"É uma necessidade nacional e tem que ser mantida, até elevando o percentual, se for possível.	Não acha, porém, que seja assunto para a Constituição, mas para ser definida por lei ordinária ou complementar.	Defende o ensino obrigatório para a faixa de crianças dos 6 aos 14 anos. "É um direito do cidadão que paga impostos. Não é um presente. Isto não quer dizer que as escolas privadas deixem de existir".	É a favor da existência de uma rede de creches públicas e pré-escola pública e gratuita, garantida pelo Estado, a partir dos 4 ou 5 anos.
Octavio Elisio, 47, PMDB-MG	15% para a União e 25% para os municípios, incidindo sobre os impostos e transferências arrecadados pela União e municípios.	Defende inicialmente a obrigatoriedade do ensino para o pré-escolar de 1º grau, estendendo-se, posteriormente, para o 2º grau e ensino superior.	Favorável que existam escolas particulares para prestar serviços educacionais em padrão de qualidade. Simultaneamente à escola pública, gratuita e de boa qualidade para todos. É a favor da exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas.	É a favor que o Estado garanta creches às crianças a partir do zero ano e o atendimento pré-escolar a partir de 4 anos.
Oswaldo Sobrinho, 38, PMDB - MT	A favor de se garantir 18% para a União e 25% para os municípios, incidindo sobre o orçamento geral.	Dos 6 aos 16 anos, como obrigação do Estado em oferecer.	A favor do ensino público e da escola particular. Defende verbas públicas para escolas privadas que prestem serviços à comunidade, sem fins lucrativos.	Acha que a proposta é um romantismo". Pede concentração de recursos no ensino fundamental para diminuir taxa de analfabetismo.
Paulo Silva, 30, PMDB(PI)	Fixar 18% da arrecadação da União para a Educação e deixar em aberto a questão dos municípios.	Defende a compulsoriedade do ensino para a faixa dos 5 aos 14 anos de idade.	Defende a exclusividade das verbas públicas para o ensino público, mas não é contra a existência de escolas privadas.	Estado deve garantir a pré-escola às crianças do zero a três anos.
Tadeu França, 41, PMDB-PR	20% para a União e 25% para Estados e municípios.	Defende a educação pré-escolar pública e gratuita.	O Estado deve assegurar o ensino, mas não é contra as particulares.	Caso haja recursos, o Estado deverá garantir a educação pré-escolar, que considera "indispensável".
Ubiratan Aguiar, 46, PMDB-CE	É a favor da fixação do percentual de 18% do orçamento fiscal da União e 25% para os Estados, municípios e territórios.	Garantido pelo Estado dos 6 aos 14 anos.	O ensino público deve ser gratuito e as verbas públicas destinadas apenas para as escolas públicas.	A favor da pré-escola do zero aos 5 anos de idade, mas como um programa governamental à parte e não obrigatório.
Átila Lira, 40, PFL-PI	18% para a União e 25% para os municípios e Estados.	A partir dos 7 anos e sem limite para idade máxima. Dá prioridade para o ensino público e gratuito, com a exclusividade das verbas públicas. As entidades confessionais seriam optativas.	Defende que o Ministério da Previdência crie programas sociais, com creches, para o atendimento de crianças de zero a 5 anos de idade.	Segundo ele, a questão da educação, nessa idade, não é do Ministério da Educação.
José Moura, 44, PFL-PE	Acha que deve ser mantida a vinculação, até mesmo com um percentual maior do que o atual.	Pela manutenção da obrigatoriedade do ensino para a faixa dos 7 aos 14 anos.	A escola privada deve ser entendida como um direito do cidadão e como "complementação".	Acha que é uma obrigação do Estado, mas a comunidade não pode prescindir da escola particular.
José Queiroz, 50, PFL-SE	Favorável à manutenção.	"Todas as faixas"	"Sim"	(Não respondeu)
Pedro Canedo, 37, PFL-GO	Defende aumento de 13% para 18% o percentual a ser aplicado pela União na educação.	Para a faixa etária dos 5 aos 14 anos.	A favor do ensino público e gratuito em todos os níveis e exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas.	O Estado garantir um período de oito anos de ensino obrigatório, na faixa dos seis aos quatorze anos.
Agripino Lima, 55, PFL - SP	A favor de 13% ou mais para a União e 25% para as prefeituras.	Manter dos 7 aos 14 anos.	É a favor de verbas públicas também para escolas privadas, principalmente as de nível superior.	Favorável à obrigatoriedade do Estado oferecer a pré-escola, a partir dos 4 anos.
Dionísio Hage, 51, PFL-PA	Defende o aumento do percentual de 13% para 20% para a União e de 25% atuais para 30% para os municípios.	Para a faixa etária dos 4 aos 8 anos, ou do pré-escolar ao 2º grau.	Acha que o Estado não tem condições de assumir o ensino gratuito em todos os níveis.	Estado tem que garantir a educação pré-escolar.
Aécio de Borba, 56, PDS-CE	Defende a manutenção da obrigatoriedade da União e prefeituras aplicarem 13% e 25%, respectivamente na educação, com a adição de mais 50%, por cinco anos, "para diminuir o déficit escolar de hoje".	Para a faixa dos 6 aos 15 anos.	"Obrigatório".	Necessária.
Chico Humberto, 41, PDT-MG	A favor de 20% para a União e 25% para Estados e municípios. Verbas públicas para escolas públicas.	Dos 5 aos 16 anos, garantindo também vagas para os adultos que não puderam estudar no período adequado.	A favor do ensino gratuito e laico, em todos os níveis.	"Obrigatória".
Solon Borges dos Reis, 69, PTB-SP	Sua posição dependerá da reforma tributária a ser adotada pela Constituição.	Obrigatório para 6 aos 14 anos.	Em todos os níveis.	Acha que o Estado tem que dar oportunidade ao pré-escolar, mas não deve ser obrigatório.
Florestan Fernandes, 66, PT-SP	É pela manutenção da atual percentagem: 13% para a União e 25% para os municípios.	Estender a obrigatoriedade dos 6 aos 16 anos.	Defende a educação pública e gratuita, com a exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas.	Defende que o governo garanta creches para as crianças, a partir de zero ano e a pré-escola pública e gratuita para a faixa dos 4 a 5 anos".
Álvaro Vale, 52, PL-RJ	Aumenta o percentual definido atualmente em mais 4% ou 5%.	A partir dos 5 anos.	É a favor da "coexistência" das escolas públicas e particulares.	Favorável ao pré-escolar obrigatório.

Cláudio Ávila, 33, PFL-SC e Bezerra de Melo, 50, PMDB-CE não foram localizados